

EDITORIAL

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: debates e exigências contemporâneas

A Revista Serviço Social em Debate traz consigo no volume 8, número 2 (2025), a temática relativa à formação profissional em Serviço Social, contemplando seus debates e exigências contemporâneas. Em consonância com o projeto ético-político, a temática apresenta a necessidade constante de debater e refletir sobre os espaços sócio-ocupacionais e as exigências postas aos/as Assistente Sociais nesses diversos campos. Sendo assim, o presente dossiê analisa criticamente as transformações da sociedade e as complexas expressões da "questão social" enquanto terreno da formação e atuação do/a profissional de Serviço Social.

Partindo da análise do Brasil contemporâneo e o seu processo de contrarreforma do Estado, pode-se perceber os seguintes resultados: permanência do desemprego em níveis consideráveis e principalmente a precarização dos postos de trabalho; rebaixamento dos salários; retrocesso das conquistas obtidas através da organização dos trabalhadores por meio da luta sindical e da Constituição Federal de 1988; e a existência de serviços sociais públicos deteriorados e sobrecarregados.

Esses processos rebatem diretamente sobre as exigências para a formação e o trabalho profissional do/a Assistente Social, tendo em vista serem esses/as profissionais também trabalhadores/as que sofrem os resultados das transformações societárias ocorridas nas últimas décadas. Atuam geralmente e, em sua maioria no âmbito dos serviços públicos, na condição de assalariados, com contratos temporários e sofrem todas as dificuldades impostas aos demais trabalhadores.

Entretanto, é necessário destacar que, mesmo diante de toda ofensiva neoliberal, a década de 1990 representou um marco de avanços para o Serviço Social, principalmente para a construção do projeto ético-político profissional e a consolidação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996.

Tal projeto ético-político profissional tem orientado a categoria profissional no Brasil, em especial seus sujeitos coletivos, do ponto de vista teórico e sociopolítico, norteando, deste modo, a formulação do atual Código de Ética profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, os quais são resultados desse processo.

No entanto, tais conquistas são atravessadas a todo tempo pelas contradições de seu tempo, pois a própria condição de assalariamento constrange o/a profissional, tornando desafiador para o/a assistente social realizar seu trabalho independente das requisições de seu contrato. O fato é que se evidencia “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para

perfilar o seu trabalho” (Iamamoto, 2007, p. 424)¹.

Outro elemento importante a ser considerado é o processo de contrarreforma da educação superior que tem impactado diretamente o processo de formação profissional, pois os maiores rebatimentos deste contexto incidem sobre a universidade pública, a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) e da expansão do Ensino à Distância.

Contudo e a despeito de tal processo, os desafios cotidianos postos ao/a Assistente Social, que atua nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, exigem a permanente necessidade de fomentar a produção e socialização de conhecimento crítico acerca dos impasses e das potencialidades da formação profissional em Serviço Social na atualidade, estimulando a reflexão sobre as diretrizes curriculares, as metodologias de ensino-aprendizagem, a relação teoria-prática, a pesquisa, a extensão e o compromisso ético-político da profissão.

Deste modo, a organização deste dossiê preconizou o debate sobre a formação profissional e as exigências contemporâneas, abrangendo análises sobre os seguintes eixos: a) as Diretrizes Curriculares da ABEPSS; b) o projeto ético-político profissional e sua relação com a formação profissional; c) as estratégias de articulação teoria-prática, principalmente no que tange o estágio supervisionado, a pesquisa e a extensão; d) a qualidade da formação em Serviço Social e expansão dos cursos pós-2000; e) a produção de conhecimento e pesquisa sobre a formação profissional; f) a relação entre trabalho e formação profissional, considerando os diversos espaços sócio-ocupacionais; g) os desafios contemporâneos postos à formação profissional em Serviço Social; h) os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro e suas perspectivas sócio-históricas; i) o Serviço Social no âmbito internacional, a formação profissional e diálogos sobre as exigências contemporâneas em outros países.

Estes eixos evidenciam que a análise da formação profissional demonstra a necessidade de nos debruçarmos à reflexão sobre vários processos, que incidem sobre uma realidade marcada por extremas desigualdades, precarização do trabalho e retrocessos nos direitos sociais.

Imbuído de tais preocupações, este dossiê recebeu várias e significativas contribuições, que apresentamos a seguir.

Nesse sentido, o artigo **“Implicações da Mercantilização da Educação Superior para a Formação em Serviço Social”**, de autoria de Marco Antônio Diniz Bastianini, Marla Beatriz de Oliveira Ribeiro, Eduardo Henrique Moraes Santos e Eliana Bolorino Canteiro Martins, nos convida a “problematizar as implicações da mercantilização do direito à educação superior para a formação profissional em Serviço Social”. Por meio de pesquisa bibliográfica, o eixo central da análise dos autores está no processo de contrarreforma universitária no Brasil que, avançando nos

¹Iamamoto, M.V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, São Paulo: Cortez editora, 2007.

processos de mercantilização da educação superior, tem como resultado a fragilização da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, o que repercute sobre o Serviço Social a partir da flexibilização da formação profissional para o mercado de trabalho.

No artigo **“Neoconservadorismo, Ultraneoliberalismo e Mercantilização da Educação: repercussões para o Serviço Social”**, as autoras Daniella Borges Ribeiro, Lara Mariana Gomes Pereira e Isadora Renault Grossi Penna Esteves nos convidam a discutir a mercantilização da educação superior brasileira, em contexto neoconservador e ultraneoliberal, e suas implicações para a formação de assistentes sociais. As autoras destacam o ano de 2023, utilizando enquanto método a pesquisa exploratória, qualitativa e de tipo documental. São apresentados dados coletados em referências bibliográficas da Área, documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2023, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, para evidenciar que a crescente mercantilização do ensino superior está alicerçada em pilares neoconservadores e ultraneoliberais, trazendo repercussões para a formação em Serviço Social e a retomada de vertentes conservadoras da profissão.

Já o artigo **“Formação Profissional e a Questão Racial: notas reflexivas para o Serviço Social”**, a autora Maria Isabel Soares Ramos demonstra “resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito da pós-graduação”. A autora analisa os avanços, limites e possibilidades da formação profissional antirracista no Serviço Social, utilizando como método o materialismo histórico-dialético, com dados obtidos através de pesquisa bibliográfica e documental. A ênfase desse artigo está na compreensão de que o racismo não se restringe a uma herança colonial, ele se configura como elemento constitutivo do capitalismo e funcional à sua reprodução. Para o Serviço Social a formação antirracista é resistência contra as determinações do capital, em que a categoria profissional reafirma o compromisso ético-político com a luta antirracista e a emancipação humana.

No artigo **“Estágio em Serviço Social na Pandemia: as vozes dos sujeitos em Belém-PA”**, Danielli Cecim e Reinaldo Pontes analisam “como ocorreu o processo de estágio supervisionado em Serviço Social durante a pandemia da Covid-19”. Os autores partem dos relatos dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na Universidade Federal do Pará (UFPA), utilizando a pesquisa documental e empírica. Apresentam também os impactos da pandemia da Covid-19 nas condições de trabalho dos supervisores acadêmicos e de campo foram diversos, debatendo nas condições objetivas e subjetivas da formação dos discentes que realizaram o estágio profissional naquele período.

O artigo **“Estágio Supervisionado em Serviço Social na Interiorização da Universidade Federal de Alagoas”**, de autoria de Mayra de Queiroz Barbosa e Angélica Luiza Silva Bezerra, demonstra a importância do estágio supervisionado enquanto elemento

indispensável para a formação profissional em Serviço Social. As autoras problematizam as particularidades da interiorização universitária na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, *Campus* Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Enquanto procedimento metodológico, as autoras utilizaram pesquisa bibliográfica, documental e dados específicos da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios entre os anos de 2016 e 2024. Cabe destacar que o processo de interiorização do curso de Serviço Social demonstra um contexto complexo e singular para os mais diversos espaços sócio-ocupacionais nos diferentes municípios do agreste alagoano e, também, evidencia conquistas que permitem aos estudantes estarem em campos nas diversas localidades em que residem.

Em “**Análise Institucional no Estágio em Serviço Social: particularidades do campo da saúde**”, as autoras Amanda Caroline da Fé Pereira e Rodriane de Oliveira Souza destacam a importância da análise institucional, “especialmente no contexto do estágio em Serviço Social na saúde”. A metodologia do artigo parte de pesquisa bibliográfica dos conceitos fundamentais da análise institucional e sua relevância para a formação crítica de assistentes sociais. As autoras enfatizam que o campo da saúde é marcado por práticas institucionais normativas e relações de poder, sendo um terreno fértil para o exercício da análise institucional.

Em “**O Estado da Arte sobre Estágio Supervisionado: análises do CBAS e ENPESS**”, somos convidados por Adriana Ramos, Juan Carlos Siqueira Cardoso e Vitória Régia Mesqui a nos aprofundarmos sobre a temática do estágio supervisionado a partir de trabalhos publicados no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 2022) e no XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS, 2024). O artigo enfatiza a concepção de estágio supervisionado, as questões que ele se constitui e os principais desafios encontrados sobre a temática. O método crítico-dialético foi utilizado para a interpretação dos dados extraídos da pesquisa bibliográfica e documental.

A formação profissional está alinhada com o desenvolvimento da educação popular, diante disso, o artigo “**Educação Popular e Serviço Social: debate a partir da produção do conhecimento**”, de autoria de Ranyellen Félix de Souza, Ediane Pereira Santana e Aline Maria Batista Machado, traz a reflexão sobre a produção de conhecimento em um percurso histórico sobre Educação Popular e Serviço Social nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS). A metodologia adotada revela-se através de pesquisa bibliográfica com fundamento no método crítico-dialético. Destaca-se a apresentação do “estado da arte”, com recorte temporal de 2013 a 2022, concluindo sobre a ampliação das publicações sobre a temática no decorrer do período estudado.

Seguindo a linha de pensamento e a relação estreita do Serviço Social com a Educação, no que tange seu âmbito superior, destacamos o artigo “**Neoliberalismo e Docência na Educação Superior: uma análise das mudanças na legislação da Universidade do Estado de Minas Gerais**”.

Neste, os autores Laís Patrocínio e Ramon Mendes da Costa Magalhães analisaram “as políticas públicas para a educação superior têm sido marcadas pelo capitalismo neoliberal, com ênfase na precarização do trabalho docente”. A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) é o palco privilegiado desta análise, com foco central na descentralização no Estado, enfatizando as poucas décadas de criação desta universidade e o público majoritário de estudantes pertencentes a classe trabalhadora. Os autores apresentam, de forma breve, o contexto histórico e político da UEMG e suas resoluções mais recentes, associadas às mudanças globais contemporâneas no campo do trabalho como: “instabilidade no emprego, sobrecarga de trabalho, fiscalização e redução do quadro docente e fortalecimento das hierarquias institucionais em oposição à autonomia interna e externa à instituição”.

Ainda refletindo sobre os temas relacionados ao Serviço Social e a atuação na política de educação, a autora Paloma Rezende Oliveira nos convida a entender “**As reconfigurações das Políticas de Transferência de Renda e de incentivo financeiro na modalidade Poupança para estudantes do Ensino Médio da rede pública no Brasil**”. Para tanto, o artigo traz consigo um levantamento de programas de transferência de renda que foram adotados no Brasil a partir dos anos 1990 e suas reconfigurações. No campo da educação, a autora destaca as tentativas de solucionar a evasão e abandono escolar, em especial no Ensino Médio, como exemplo, programas como o “Poupança Jovem”, instituído em 2007, para estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais, nos municípios com alto índice de vulnerabilidade social. Alguns contrapontos são expostos, com destaque para o novo programa implementado pelo Governo Federal, em 2024, o “Pé-de-meia”.

Em síntese, os artigos apresentados no presente dossiê demonstram a necessária reflexão que os pesquisadores da Área de Serviço Social procuram empreender e, com significativa qualidade, pretendem contribuir com o debate sobre a formação profissional em Serviço Social, eixo partícipe do nosso projeto ético-político profissional. Venha conferir nossa edição e refletir conosco a respeito da formação profissional e da política pública de educação e sua defesa cada vez mais presencial, gratuita e de qualidade. Boa leitura!

Prof. ^a Dra. Cynthia Santos Ferrarez, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Curso de Serviço Social, Unidade Carangola.

Prof. ^a Dra. Fátima Grave Ortiz, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Serviço Social.